



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ____ DE 2019

(Da Bancada do PSOL)

Requer informações ao Exmo. Ministro de Justiça e Segurança Pública, Sr. Sergio Moro, sobre as exonerações de servidores das coordenações da Fundação Nacional do Índio/FUNAI.

Senhor Ministro,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, pedido de informações sobre a exoneração de servidores das coordenações da Fundação Nacional do Índio/FUNAI:

1. De acordo com notícias de imprensa, o Senhor Marcelo Augusto Xavier, atual presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), ordenou que fosse exonerado 15 coordenações de áreas da autarquia? Quais foram os motivos técnicos para as exonerações desses servidores¹?
2. Houve algum estudo ou avaliação técnica definindo a necessidade do desligamento dos 15 servidores? Requeremos cópias deste estudo ou da avaliação.
3. Ainda de acordo com a matéria veiculada na imprensa, o servido público Haroldo Niemayer Resende, responsável pelo Departamento desenvolvimento de pessoal, foi exonerado após ter enviado nota técnica à diretoria da Fundação Nacional do Índio

¹ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidencia-da-funai-faz-demissao-generalizada-em-coordenacoes-do-orgao,70003032980>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Apresentação: 09/10/2019 23:16

RIC n.1479/2019

(Funai) apontando situações de ingerências e pressão sobre servidores. Esse Ministério tem conhecimento desta nota técnica? Foi esse o motivo da exoneração do servidor? Solicitamos cópia da nota técnica.

4. Segundo a matéria, as exonerações de servidores com qualificação técnica e com densa experiência na área estão sendo substituído por outros sem qualquer experiência. Por conta dessas substituições, várias atividades estão sendo prejudicadas e paralisadas dentro do órgão. Qual a justificativa deste Ministério para nomeação pessoas sem experiência para ocupar tais cargos?
5. Há registro de formação, experiência ou atividade profissional desenvolvida pelos nomeados? Essas nomeações respeitam as regras previstas na Constituição e no Decreto n. 9.727/2019? Anexar, na resposta, nome e currículo dos servidores nomeados.
6. De acordo com a reportagem do Estado de São Paulo, em agosto, a Diretoria de Proteção Territorial foi assumida pela advogada Silmara Veiga de Souza, que já atuou em caso de contestação de demarcação de terra indígena. No fim do ano passado, Silmara atuou como advogada de clientes que contestam o procedimento administrativo de identificação e delimitação da terra indígena Ka'aguy Hovy, localizada no município de Iguape, no litoral sul de São Paulo. Pouco antes de assumir a Funai, ela deixou de atuar como advogada da causa.

Considerando a importância da FUNAI para o processo de demarcação e homologação de terras indígenas, não há conflito de interesses em tal nomeação?

7. O Ministério Público Federal já recomendou, no caso do superintendente regional do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan) de Goiás, a exoneração de servidor por falta de qualificação técnica para o cargo. Para o MPF, houve desvio de finalidade na nomeação.

Este Ministério entende que há desvio de finalidade nas exonerações e nomeação para tais cargos na FUNAI?



CÂMARA DOS DEPUTADOS LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

8. Este Ministério recebeu algum pedido do Presidente da República ou de servidor ligado ao Palácio do Planalto para que houvesse as exonerações? O Ministro encaminhou qualquer pedido internamente nesse sentido?

JUSTICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 consagrou a natureza pluriétnica do Estado brasileiro. No entanto, os povos indígenas têm vivido o cenário mais grave de ataques aos seus direitos desde a redemocratização do país.

O governo Bolsonaro decidiu pela falência da política indigenista, mediante o desmonte deliberado e a instrumentalização política das instituições e das ações que o Poder Público tem o dever de garantir.

Houve várias tentativas de desmonte da Fundação Nacional do Índio. Uma delas foi a Medida Provisória nº 870/2019, editada por Jair Bolsonaro, em seu primeiro dia de mandato, que transferiu a demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desconsiderando o histórico de conflitos inerente à pasta.

A competência da Funai em identificar, delimitar e demarcar as terras indígenas é umas das atribuições mais importante do órgão. A demarcação para povos indígenas é fundamental para garantir a reprodução física e cultural dos povos, ao mesmo tempo em que é estratégica para a conservação do meio ambiente, da biodiversidade e para a superação da crise climática.

O presidente atual, Sr. Marcelo Augusto Xavier, assumiu a Fundação sob o apoio pela bancada ruralista. Ele atuou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai, em 2016, tendo apoiado os parlamentares que apuravam supostas irregularidades no órgão. Em 2017, ele chegou a pedir à Polícia Federal que tomasse “providências persecutórias” contra indígenas e ONGs no Mato Grosso do Sul que atuassem para entrar em propriedades rurais de povos indígenas².

² Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,presidencia-da-funai-faz-demissao-generalizada-em-coordenacoes-do-orgao,70003032980>



CÂMARA DOS DEPUTADOS LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Além de todos esses retrocessos, observamos que servidores da FUNAI são alvos de perseguições e monitoramento. Diversos documentos, como a nota técnica emitida por Resende, deveriam ser de livre acesso público para consulta, quando solicitados, mas estão sendo classificados como material sigiloso.

Mais uma vez o governo mostra tentativa de desmonte do órgão quando exonera servidores com qualificação técnica e experiência na área e com um único objetivo intimidar e perseguir servidores que estão cumprindo seu dever legal. Trata-se de situação extremamente grave e que, se confirmada, exige a adoção de medidas por esta Casa e pelo Poder Judiciário.

Daí a importância do presente requerimento de informações para que a sociedade tome conhecimento da situação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização das demandas da FUNAI.

Diante desses fatos, nos termos constitucionais e com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2019.

Áurea Carolina
PSOL/MG

Fernanda Melchionna
Primeira Vice-Líder do PSOL

Talíria Petrone
PSOL/RJ

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ



CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Apresentação: 09/10/2019 23:16

RIC n.1479/2019